

Presidente pede a Reagan diálogo sobre dívida

Washington — O Presidente Figueiredo propôs ontem, em carta ao Presidente Reagan, um diálogo entre Governos de países devedores e credores para buscar uma solução conjunta à “carga excessiva” da dívida externa e para criar condições “à retomada do desenvolvimento pelas nações devedoras”.

O Embaixador Sérgio Correa da Costa, que ontem, ao meio-dia, entregou a carta ao Subsecretário de Estado, Langhorne Motley, disse que o texto — em suas entrelinhas — insinua o interesse por uma reunião dos países devedores que participaram do encontro de Cartagena com os países credores que estiveram na reunião de Londres.

O tom e a substância

Uma fonte do Departamento de Estado, que presenciou a entrega da carta, reconheceu que ela continha “uma sugestão implícita” para uma reunião entre governos. Disse que os Estados Unidos vão “examinar de perto o texto e refletir bastante antes de formar uma opinião”. Afirmou que o Governo americano ficou satisfeito com a “maneira e o tom” da carta, mas precisará considerar a sua substância porque, até o momento, os EUA postulam que “a resolução da crise da dívida externa deve ser procurada (em negociações) entre os países devedores e os seus credores imediatos”, que são os bancos privados.

O Embaixador Correa da Costa, em seu encontro com o Embaixador Langhorne Motley, mencionou os principais pontos da carta e destacou a importância dos Presidentes Figueiredo e Reagan estarem realizando um diálogo substancial. Disse que os Presidentes têm trocado pontos-de-vista num clima de aproximação em que estão construtivamente procurando uma saída para a crise da dívida externa. “A carta”, disse Correa da Costa, “contém um enfoque político que conduz à consideração conjunta entre devedores e credores dos problemas da dívida externa. Para essa saída”, acrescentou, “o caminho parece ser o do encontro entre governos, não exclusivamente (a nível) técnico, dos países que participaram das reuniões de Cartagena e de Londres”.

Figueiredo reiterou a sua “profunda convicção da necessidade de um exame urgente, e em termos mais amplos e integrados, a nível de governo, (da) crise do endividamento e seus efeitos econômicos, sociais e políticos”. A carta acrescenta que a urgência da questão “pelos atuais níveis das taxas de juros e pela possibilidade de que, em futuro próximo, tais taxas registrem novas elevações”.

O Presidente brasileiro destacou que “com base nas conclusões de Londres, e no “consenso de Cartagena”, creio que estão criadas condições particularmente favoráveis para a realização de um diálogo mais amplo entre os governos de países devedores e credores”.

O Embaixador Correa da Costa disse que ao Brasil, no atual momento, cabia insinuar a sugestão pela reunião entre Governos de países endividados e credores, mas não caberia fazer uma proposta formal nesse sentido. A fonte do Departamento de Estado disse que o Brasil deixou claro, em sua carta presidencial, que acolheria de bom grado uma iniciativa do Governo Americano para a convocação dessa reunião.

ARMANDO OURIQUE

Correspondente